



QUAL LINGUAGEM FALA A COLONIALIDADE?

WHAT LANGUAGE DOES COLONIALITY SPEAK?

Júlia Graziela da Silva dos Santos¹

¹ Mestranda em Estudos de Linguagem no Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagens da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS).

E-mail: julia.g.santos@ufms.br.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6248206572102870>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6383-7498>.



RESUMO: Este ensaio tem por objetivo descrever e analisar um breve percurso das marcas da colonialidade e o papel da decolonialidade em desconstruir os estigmas causados por essas marcas. O corpus utilizado para apresentar a desconstrução desses saberes pré-estabelecidos, constitui-se em sua maior parte em pensadores da América Central e do Sul, a saber: Nascimento, 2019; Tolentino (2017), Gonzalez (1988); Ribeiro (2017); Quijano (2010). Para efeito, *O som do rugido da onça*, de Micheline Verunschik foi a obra selecionada como *corpus* literário para a análise, um romance contemporâneo que vai além das fronteiras literárias, resgata a memória dos povos originários e denuncia a violência do apagamento linguístico e cultural. Em vista da necessidade de maiores discussões sobre a decolonialidade, essa reflexão visa contribuir com questionamentos que sejam pertinentes a novas perspectivas acerca da decolonialidade.

Palavras-chaves: Colonialidade. Decolonialidade. Linguagem.

ABSTRACT: This rehearsal aims to describe and analyze a brief journey of the marks of coloniality and the role of decoloniality in deconstructing the stigmas caused by these marks. The corpus used to present the deconstruction of this pre-established knowledge consists mostly of thinkers from Central and South America, namely: Nascimento, 2019; Tolentino (2017), Gonzalez (1988); Ribeiro (2017); Quijano (2010). For this purpose, *The sound of the roar of the jaguar*, by Micheline Verunschik was the work selected as the literary *corpus* for the analysis, a contemporary novel that goes beyond literary borders and rescues the memory of the original peoples. In view of the need for further discussions on decoloniality, this article aims to contribute with questions that are relevant to new perspectives on decoloniality.

Keywords: Coloniality. Decoloniality. Language.



“[...] é tempo de aprendermos a nos libertar do espelho eurocêntrico onde nossa imagem é sempre, necessariamente, distorcida. É tempo, enfim, de deixar de ser o que não somos” (Aníbal Quijano)

A colonização é assim: chega sorrateira, como quem não quer nada e, de repente, arrasa uma civilização. Ora, isso vai implicar diretamente no que temos de mais valioso: a linguagem. Pois é por meio dela – mas não somente dela – que uma tradição é excluída para dar lugar a outra. Sendo assim, podemos nos questionar: qual é a marca que a colonialidade do conhecimento nos deixou e como ela interfere no apagamento da linguagem e cultura? Ora, o pós-colonialismo – está presente na contemporaneidade – interfere no apagamento da linguagem, cultura e na marginalização do subalterno, como destaca Kilomba:

Gayatri C. Spivak (1995) formula a seguinte pergunta: «Pode a subalterna falar?» À qual responde imediatamente: < (Não!)» É impossível à subalterna falar ou recuperar a voz, pois mesmo que ela se esforçasse com toda a sua força e violência, ainda assim a sua voz não seria ouvida ou entendida por quem detém o poder. Neste sentido, a subalterna não pode realmente falar; ela está sempre confinada à posição de marginalidade e silêncio prescrita pelo pós-colonialismo (Kilomba, 2019, p. 47).

Com efeito, temos de notar que o pós-colonialismo é uma expressão que nos demonstra aquilo que vem depois do colonial e, destaca como os países colonizadores se impuseram sobre outros povos colonizados. Já a decolonialidade tece uma crítica ao modelo colonial, sempre denunciando a forma impositiva do pensamento eurocentrado teve/tem na América do Sul. A partir disso, é necessário estabelecer que com o fim do colonialismo as relações discriminatórias dessas sociedades pós-coloniais se mantiveram, como demonstra Stuart Hall:

O movimento que vai da colonização aos tempos pós-coloniais não implica que os problemas do colonialismo foram resolvidos ou sucedidos por uma época livre de conflitos. Ao contrário, o “pós-colonial” marca a passagem de uma configuração ou conjuntura histórica de poder para outra. [...] No passado, eram articuladas como relações desiguais de poder e exploração



entre as sociedades colonizadoras e as colonizadas. Atualmente, essas relações são deslocadas e reencenadas como lutas entre forças sociais [...] no interior da sociedade descolonizada, ou entre ela e o sistema global como um todo (Hall, 2003, p. 56).

O fim da Idade Média é marcado por um elemento substancial na interpretação da história ocidental. Tal elemento, além de se apresentar como uma perspectiva sobre a vida e sobre o sentido dela, findou uma ressignificação no conceito de história. Pôs, doravante, a instauração da posição de um determinado sujeito social como base na reflexão sobre os valores morais e seu papel no mundo. Das consequências e atributos dos seus atos surge dentro de uma centralidade europeia um modelo determinante. Entretanto, o elemento fundante do Renascimento é um sujeito livre que domina a arte, a ciência e as estruturas sociais. Instaure-se, irrevogavelmente na consciência ocidental, o conceito de humanismo munido de um determinismo apoiado especificamente a uma língua, como destaca Nascimento:

A linguagem tem sido um grande fetiche do mundo ocidental há séculos. Não apenas por meio das mais diversas formas de normatização e idealização das línguas nacionais, tendo como base o mundo brancocêntrico greco-latino, mas pelos próprios circuitos de reprodução da linguagem na modernidade. Ou seja, a modernidade não apenas usou a ideia de linguagem no âmbito do projeto romântico, liberal, cristão e idealista das línguas nacionais europeias (como é o caso do português, francês, espanhol e italiano), como também lançou mão dela para criar uma definição para o mundo inteiro, passando a operar todos os conceitos a partir da Europa (Nascimento, 2019, p. 4).

Já na segunda metade do século XIX, a Filosofia Contemporânea se consolida em reação à filosofia hegeliana. Dessa forma, Hegel se torna o marco central da contemporaneidade. Com base nisso, a dialética hegeliana vai se fundamentar na liberdade que acontece quando o sujeito dotado de razão pensa o “selvagem” em seu estado livre; posteriormente, o “selvagem” desiste de sua liberdade e se rende à civilização; sendo assim, por fim, ele passará agora a ser cidadão controlado pelas leis e sujeito dotado de razão, como diz Hegel:

Se o embrião é de fato homem em si, contudo não o é para si. Somente como razão cultivada e desenvolvida - que se fez a si mesma o que é em si - é



homem para si; só essa é sua efetividade. Porém esse resultado por sua vez é imediatez simples, pois é liberdade consciente-de-si que em si repousa, e que não deixou de lado a oposição e ali a abandonou, mas se reconciliou com ela (Hegel, 1992, p. 31).

Ora, o sujeito só poderá se reconhecer como civilizado após passar por essa dialética. Essas afirmações acima suscitam a identificação imediata da marca da colonização do nosso pensamento, linguagem e cultura. Nossa história foi e é contada a partir de uma narrativa de colonizadores portugueses, os quais instauraram aqui: linguagem, civilização e modernidade.

Toda essa perspectiva – histórica – eurocentrada vela nossa memória cultural, vela a nossa língua e conseqüentemente a nossa linguagem. Na modernidade é inaugurado um sujeito que é baseado numa noção de humanidade eurocentrada e iluminada, tanto no que diz respeito ao pensamento quanto à noção de esclarecimento. Lembra-se quando os filósofos modernos usaram a metáfora “estado natural”? Ora, essa é uma mera referência aos territórios que estavam sendo “descobertos”. Assim, o velamento da nossa língua resultou em um epistemicídio e linguicídio brasileiro, como aponta Nascimento:

É o caso dos negros e indígenas que foram obrigados a falar o Português de Portugal como “sua” língua “primeira” no Brasil. O combate *às línguas já faladas pelos povos originários negros e indígenas* figura como um dos primeiros atos do mito da brasilidade linguística entre nós, gerando, ao mesmo tempo, epistemicídio e linguicídio (Nascimento, 2019, p. 6).

No entanto, é importante salientar que o homem europeu se valeu dessa “superioridade” para dominar e justificar atribuindo categorias como natural e natureza. Classificar algo como “natural”, como aponta Castro (2018), neste contexto histórico, é autorizar a sua exploração, a fim de velar a cultura e a linguagem existente naquele local. Castro diz que:

O uso das categorias ‘natural’ e ‘natureza’ é fundamental para a empresa moderna-colonial-capitalista-global. “Natureza” tem um duplo sentido. Por um lado, o ser humano racional, isto é, o homem europeu, possui a superioridade intelectual que lhe autoriza o domínio do âmbito natural, seja ele representado pelas mulheres europeias, naturalmente inferiores aos homens europeus, seja representado pelas comunidades e sociedades não



européias. Classificar algo como ‘natural’ equivale neste contexto histórico a autorizar a sua exploração (Castro, 2018, p. 57).

No século XX, Lélia Gonzalez (1988) já questionava sobre o ideal de racionalidade pura e universal que a ciência moderna construiu. Segundo Tolentino (2017), a Filosofia deve fazer o que lhe cabe dentro da universidade, escola e no que tange aos currículos do Brasil nas diferentes áreas de ensino para se desvencilhar desse modelo eurocentrado e dar lugar à produção da América Latina como forma de conhecimento e racionalidade. É necessária a desconstrução de saberes pré-estabelecidos para a reinvenção tanto do que chamamos de história quanto da sua recepção. É importante destacar aqui o que Gonzalez explicita o colonialismo europeu e em como os europeus se reafirmavam como raça superior para se “estruturar”:

[...] o racismo se constituía como a “ciência” da superioridade eurocristã (branca e patriarcal), na medida em que se estruturava o modelo ariano que viria a ser não só o referencial das classificações triádicas do evolucionismo positivista das nascentes ciências do homem, como ainda hoje direciona o olhar da produção acadêmica ocidental. Vale notar que tal processo se desenvolveu no terreno fértil de toda uma tradição etnocêntrica pré-colonialista (século XV– século. XIX) que considerava absurdas, supersticiosas ou exóticas as manifestações culturais dos povos “selvagens”. Daí a “naturalidade” com que a violência etnocida e destruidora da força do pré-colonialismo europeu se fez abater sobre esses povos (Gonzalez, 1988, p. 71).

Mais uma vez se nota que, para que ocorra a decolonização do conhecimento, é preciso estabelecer que o discurso não é neutro e que nós falamos de lugares que são específicos e que de certa forma configuram um poder de conhecimento. A questão é: quem pode ensinar o conhecimento e quem pode produzir o conhecimento? Quijano (2010) ressalta que é nas sociedades onde se instalaram a colonização que há uma destruição de seus saberes intelectuais. O eurocentrismo foi e é imposto como conhecimento a uma parte da população mundial. Quijano aponta que:

Em todas as sociedades onde a colonização implicou a destruição da estrutura societal, a população colonizada foi despojada dos seus saberes intelectuais e dos seus meios de expressão [...]. A longo prazo, em todo o mundo eurocentrado foi-se impondo a hegemonia do modo eurocêntrico de percepção e produção de conhecimento e numa parte muito ampla da



população mundial o próprio imaginário foi, demonstradamente, colonizado. Por último e não menos importante, a hegemonia eurocêntrica na cultura do mundo capitalista implicou numa maneira mistificada de perspectiva da realidade quer se trate do ‘centro’, quer da ‘periferia colonial’ (Quijano, 2010, p. 124).

A decolonização do conhecimento num primeiro momento precisa dar destaque à identidade social, a fim de mostrar que certas identidades têm sido historicamente silenciadas e desautorizadas no sentido epistêmico, então faz-se necessário um projeto de decolonização epistemológica, como destaca Djamila Ribeiro:

Nesse sentido, seria urgente o deslocamento do pensamento hegemônico e a ressignificação das identidades, sejam de raça, gênero, classe para que se pudesse construir novos lugares de fala com o objetivo de possibilitar voz e visibilidade a sujeitos que foram considerados implícitos dentro dessa normatização hegemônica (Ribeiro, 2017, p. 63).

No entanto, podemos estar diante um novo renascimento contemporâneo – ou até mesmo moderno – promovendo um humanismo decolonial que estabeleça a reconstrução entre cultura e suas várias possibilidades de linguagem. Contudo, a posição atual poderá exigir uma consciência de que todos temos condições históricas diferentes, pois somos diferentes. As pessoas são recorrência da história e fazem parte de seus desdobramentos, isso é um fato, mas elas também tendem a se reconhecer em histórias que a elas não fora contada, como em *O som do rugido da onça*, de Micheliny Verunschck:

A travessia do mar para os prisioneiros era uma coisa totalmente diferente do que era para os cientistas, muito embora para uns e outros fosse conflitiva. Para Spix e Martius, se transportava um jardim de maravilhas, um terrário preparado com cuidado e que transplantavam, fervorosos, reverentes, para deleite dos homens e das mulheres e crianças do seu povo. Para regalo próprio, de outros estudiosos e do seu rei. Para as crianças e os animais, levados contra a vontade, ao seu contrário, tudo aquilo era um rasgo profundo, inflamado. Gritos aflitos pareciam ecoar nos trovões que despencavam bolas impossíveis de fogo e água por sobre a embarcação. Adoeciam. Passavam fome e sede (Verunschck, 2021, p. 41).

O romance de Verunschck, traz um novo significado literário que permeia entre a rememoração e a historicidade e que recupera o que nos foi tirado, na viagem em que o botânico Martius e o zoólogo Spix fizeram ao Brasil, a fim de realizar um bem a sociedade.



Um romance que faz um resgate onde “denuncia” o comércio de povos originários e recria a vida de dois personagens: a menina miranha Iñe-e e o menino Juri, que são expostos como peças de um museu na Europa, em Munique. Mas é importante destacar as mortes ao longo da travessia marítima:

Os bichos foram os primeiros a morrer. Em seguida as crianças. O caminho do mar transformado em uma vala comum e inconstante. Crianças e bichos, todos tombados na água sem nenhum ritual, como duras tábuas de madeira despencadas em túmulo semovente. Longe de suas famílias, nunca encontrariam o caminho para qualquer terra sem males onde pudessem se reunir com seus ancestrais. Yurupari encontraria seus espíritos e os resgataria daquelas águas estranhas e vorazes? (Verunschck, 2021, p. 42).

Verunschck traz ao contemporâneo um passado histórico muito insurgente que mostra a figura de duas crianças como animais primitivos, longe da cultura e linguagem eurocentrada. Ora, fica evidente que as crianças sofrem como animal, lhes é arrancado o direito da palavra mesmo elas sendo dotadas de suas linguagens, mas isso pouco importa ao colonizador. A esse respeito, a obra de Verunschck pode ser lida como um pensamento filosófico muito expressivo sobre a linguagem e a palavra daqueles que foram silenciados pela colonialidade:

Iñe-e não sabia responder àquilo, apenas esperava o dia em que fosse também jogada já sem vida àquele pasto de peixes e criaturas assombrosas, e sentia que morria em cada morte que testemunhava. Perdia o chão deste mundo, aquele chão instável do assoalho do navio, em cada companheiro seu que expirava. Morreu também com a menina pequena que murchou em dois dias, o sangue saindo em jatos de sua boca. Morreu também com o menino do eu tamanho que se foi agarrado ao irmão menorzinho, os dois gemendo e contorcendo de dor por toda a noite até que mal raiando o dia, se fez silêncio e frio dentro e fora deles. Morreu com todos, porque lhe faltava a palavra (Verunschck, 2021, p. 42).

O som do rugido da onça, em seu início, mostra a criação a partir da cosmovisão miranha e desvela um mundo rico em linguagem de caráter ecológico emanando a importância da sintonia entre animais, homens e natureza. O olhar infantil dá destaque ao mundo desconhecido na obra da autora, para ela a linguagem e palavra é uma marca essencial para a recriação desse universo:



Uma pessoa sabe que está morta quando não consegue mais escutar a voz dos animais, dos espíritos, das árvores, dos rios. Cada ente tem sua palavra, sua entonação própria e vocabulário. A paca fala de uma maneira, o tabaco fala de outra. A anta tem um acento, o jacaretinga tem outro. Tem palavras que só as onças usam e que não é dado a nenhum outro animal dizê-las. Do mesmo modo toda a diversidade de reinos dos bichos e das plantas. Tururu etê turuliu caa nañaña u eê sapi, gritam os macacos quando entram em guerra (Verunschck, 2021, p. 38).

Nascimento (2019), destaca que a língua não possui cor e sim destaca o “sujeito por trás dela”. É notório, que no romance de Verunschck que a língua tenha ocupado um lugar de dor, já que a comunicação foi retirada de Iñe-e e do menino Juri – e tantos outros –, sendo assim, Nascimento estabelece que:

A língua é um lugar de muitas dores para muitos de nós. A ideia de língua nacional passa a ser perigosa à medida que, ao contrário de apenas se contrastar com um projeto dominante maior, ela passa a ignorar centenas de línguas já existentes no seio de um território. É o caso das línguas indígenas brasileiras (Nascimento, 2019, p. 11).

Ora, língua e sujeito são determinados por convenções autoconscientes, dessa forma é importante destacar que ela exerce poder entre os sujeitos. Iñe-e e o menino Juri são tratados como figuras primitivas e à margem daquela cultura europeia, sempre abaixo do “homem”. Como aborda Dias (2022, p. 4): “a menina miranha Iñe-e e o menino Juri, condenados à mudez pelo rapto e pelo exílio. Nesse sentido, seu romance procura e encontra uma resposta criativa e literária à distopia da história.”

É importante destacar que a língua é um produto colonial que se apropria da estrutura racial e cultural de um povo originário, e assim, elimina um saber que é regional e tradicional. A colonialidade e a pós-colonialidade falam a linguagem da violência, apagamento e racismo, como aponta Nascimento (2019, p. 12) “Por outro lado, o epistemicídio ganha um papel significativo na língua quando apaga a possibilidade de os saberes tradicionais serem compreendidos, ouvidos e difundidos”. Assim, a escrita também possui o seu poder, uma vez que, ela separa quem escreve de quem não escreve, logo quem não faz parte desse processo epistemológico será silenciado e sofrerá um epistemicídio, por mais que a linguagem seja epistêmica ao mesmo tempo ela sofre com o apagamento.



O homem, por meio da linguagem, gesticula as suas relações de poder, dominação e manipulação, e assim, causa a escravidão – em todos os sentidos –, sua experiência é refletida em seu discurso. Ora, isso é explícito no romance de Verunschik, que mostra com veemência a expropriação que os povos originários sofreram. Sendo assim, perceptível, que além da dominação linguística, existiu também, a dominação da imagem e exposição humana que são imanentes a esse domínio exposto:

[...] eis como vive o aborígene destas selvas! No mais primitivo grau da humanidade, é deplorável enigma para si mesmo e para o irmão do Oriente, em cujo peito ele não se anima, em cujos braços desvanece, tocado por humanidade superior como de mau sopro, e morre. [...] deixamos o Porto dos Miranha, lugar de cuja sombria impressão na minha alma só me senti curado depois do regresso à Europa, à vista da dignidade e grandeza humanas (Verunschik, 2021, p. 36).

Assim, vale ressaltar que a situação americana, que foi colonizada por diferentes países europeus e teve forte influência do colonialismo espanhol e português, e assim, vale ressaltar que o decolonialismo é um modo de denunciar o que o ocidentalismo colonial impôs na América do Sul e do Norte. Ora, a marginalidade dos povos originários, a escravidão de africanos e trouxe também a imposição intelectual que se fundamenta na exclusão. Como observa Gonzalez:

Quando se analisa a estratégia utilizada pelos países europeus em suas colônias, verifica-se que o racismo desempenhará um papel fundamental na internalização da “superioridade” do colonizador pelos colonizados. E ele apresenta, pelo menos, duas faces que só se diferenciam enquanto táticas que visam ao mesmo objetivo: exploração e opressão (Gonzalez, 1998, p. 72).

Desse modo, a intenção posta aqui é a de buscar uma forma dentro da decolonialidade que rompa com o silenciamento, esquecimento e apagamento a que foram submetidos nossos saberes, nossas linguagens e cosmopercepções tanto dos povos originários quanto dos povos negros escravizados, para que as vozes e lutas desses povos sejam recuperadas. Gonzalez, nota que:

Graças a um contato crescente com manifestações culturais negras de outros países do continente americano, tenho tido a oportunidade de observar



certas similaridades que, no que se refere aos falares, lembram o nosso país. É certo que a presença negra na região caribenha (aqui entendida não só como a América Insular, mas incluindo a costa atlântica da América Central e o norte da América do Sul) modificou o espanhol, o inglês e o francês falados na região [...] aquilo que chamo de “pretoguês” e que nada mais é do que marca de africanização do português falado no Brasil (nunca esquecendo que o colonizador chamava os escravos africanos de “pretos” e de “crioulos”, os nascidos no Brasil), é facilmente constatável sobretudo no espanhol da região caribenha (Gonzalez, 1988, p. 70).

Por fim, a decolonialidade abre o caminho para a discussão dessa tradição excludente e seus silenciamentos, pois como sabemos a reflexão implica a outros saberes, visto que, o epistemicídio é étnico, cultural e de gênero. A discussão implica na superação desses estigmas que por muito tempo foram “enraizados” como verdades. Concluo que, primeiro é necessário que exista a desnaturalização de processos históricos que nos foram deixados como memórias, como a violência e imposição linguística, e segundo, resgatarmos a noção de nossas características étnicas e estruturais que foram arrancadas. Assim, reconhecer e compreender que o processo de decolonização é uma via para a libertação das amarras colonizadoras- eurocêntricas é ressignificar toda a estrutura histórica identitária.



REFERÊNCIAS

- AGAMBEN, Giorgio. *O que é o contemporâneo? E outros ensaios*. Tradução de Vinícius Nicastro Honesko. Chapecó – SC: Argos, 2009.
- BENJAMIN, Walter. As Teses sobre o Conceito de História. In: WALTER, Benjamin. *Obras Escolhidas*, v. 1. São Paulo: Brasiliense, 1985, pp. 222-232.
- CASTRO, Susana de. Condescendência: estratégia pater-colonial de poder. *Revista Fundamentos*, v. 1, n. 1, p. 51-59, 2018. Disponível em: <https://revistas.ufpi.br/index.php/fundamentos/article/view/7863>. Acesso em: 30 jun. 2023.
- DIAS, Â. M. A história pelo retrovisor: o legado da espoliação e a onça mítica em O som do rugido da onça de Micheline Verunschik. *Alea: Estudos Neolatinos*, v. 24, n. 3, p. 121-136, set. 2022. DOI: <https://doi.org/10.1590/1517-106X/202224307>.
- GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. *Revista Tempo Brasileiro*, n. 92/93, p. 69-82, (jan./jun.), 1988.
- KILOMBA, Grada. *Memórias da Plantação*. Episódios de Racismo Cotidiano Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.
- LIMA, Alice Santana de. Spix, Martius e o legado histórico científico-ficcional das viagens. *Blog da BBM*, 18 jul. 2019. Disponível em: <https://blog.bbm.usp.br/2019/spix-martius-e-o-legado-historico-cientifico-ficcional-das-viagens/>. Acesso em: 30 de jun 2023.
- HALL, Stuart. *Da Diáspora*. Identidades e Mediações Culturais. Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003.
- HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. *Fenomenologia do Espírito*. 6.ed. Petrópolis: Vozes, 1992.
- NASCIMENTO, Gabriel. *Racismo linguístico: os subterrâneos da linguagem e do racismo*. Belo Horizonte: Letramento, 2019.
- QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder e classificação social. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (orgs.). *Epistemologias do sul*. São Paulo: Cortez, 2010, pp. 84-130.
- RIBEIRO, Djamila. *O que é lugar de fala?* Belo Horizonte: Letramento: Justificando, 2017.
- TOLENTINO, Joana. Filósofas: invisibilidade e silenciamento. *Revista Sísifo*, v. 1, n. 6, p. 80-93, 2017. Disponível em: <http://www.revistasisifo.com/2017/11/filosofas-invisibilidade-e-silenciamento.html>. Acesso em: 10 de mar. 2023.
- VERUNSCHK, Micheline. *O som do rugido da onça*. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.